

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.441 - SP (2019/0292668-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : LUCAS ANTONIO SPOLIAR MADARO
ADVOGADO : LUCAS ANTONIO SPOLIAR MADARO - SP382187
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FELIPE ALVES SIQUEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de FELIPE ALVES SIQUEIRA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2160388-76.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 3/10/2018, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas e associação para o narcotráfico). Em 23/11/2018, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de liberdade provisória formulado em favor do acusado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

Habeas Corpus - Tráfico de drogas e Associação para o Tráfico - Pretensão de imediata expedição de alvará de soltura - Impossibilidade - Alegação de excesso de prazo - Inocorrência - Prazo para o término da instrução criminal que não se baseia em meros cálculos aritméticos, sendo permitida sua dilação desde que haja a devida justificativa, e a demora não decorra por desídia do MM. Juízo ou Órgão de Acusação - Inteligência da Súmula 64, do C. STJ.

Ordem denegada, com determinação (fls. 182).

No presente *writ*, o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo na formação da culpa.

Destaca que até a presente data não foi dado cumprimento à carta precatória para sua intimação a fim de que apresente defesa preliminar, ressaltando a demora no

Superior Tribunal de Justiça

cumprimento do ato. Pondera que a notificação do juízo para apresentação da defesa preliminar ocorreu em 27/11/2018 e somente em 14/5/2019 foi expedida a carta precatória.

Indica que a demora não pode ser atribuída à defesa e salienta que vai apresentar a referida peça processual independentemente da sua intimação por carta precatória. Destaca que a delonga observada nos autos foi causada pela inércia do juízo em dar andamento ao feito.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Liminar indeferida às fls. 190/192.

Informações prestadas às fls. 198, 210/211, 232.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 235/238).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, de acordo com informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que em 18/11/2019, sobreveio sentença condenando o paciente à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime aberto, e pagamento de 166 dias-multa, substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, sendo expedido alvará de soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

